

Vitória!**Emendas de redução nos salários dos servidores previstas no 'Orçamento de guerra' são rejeitadas**

A Câmara dos Deputados aprovou, nesta sexta-feira (dia 3), a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 10/2020 que permite a ampliação das despesas públicas para conter o coronavírus, sem as barreiras constitucionais que atualmente restringem os gastos federais. O texto permite que o governo gaste mais para conter o avanço da Covid-19, além da adoção de medidas econômicas relacionadas à pandemia.

Graças à pressão feita por sindicatos, associações e partidos da oposição, as duas emendas feitas ao "Orçamento de Guerra" que previam a redução salarial dos servidores públicos foram rejeitadas.

As emendas rejeitadas são de autoria do partido Novo, com a autoria liderada pelo deputado federal Alexis Fonteneye (Novo-SP) e previam a suspensão de trecho da Constituição que trata do princípio de irredutibilidade dos subsídios e dos vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos, enquanto durasse a calamidade pública ou financeira.

As modificações diziam que para que União, estados, Distrito Federal e municípios atingissem o limite determinado por lei complementar para a despesa com pessoal ativo e inativo, poderia haver a redução temporária de 26% até 50% nos subsídios e nos vencimentos, com adequação proporcional, quando possível, da jornada de trabalho.

Alerta ligado

Para alívio de todos, a proposta não foi acatada pelo relator da matéria, o deputado federal Hugo Motta (REPUBLIC-PB), mas deve deixar todos em alerta. Isso porque nos últimos tempos os servidores públicos federais têm sido alvo de ataques, principalmente do governo, que insiste no discurso de privatização, de acabar com o serviço público.

O analista técnico do Diap, Antônio Queiroz, acredita que propostas para redução salarial dos servidores não tem campo fértil para serem aprovadas em momentos como este de pandemia: "São iniciativas oportunistas de alguns parlamentares, mas que não têm chance de prosperar neste momento. O que não quer dizer que não venham a ser discutidas num segundo momento, com muita força, passada essa crise". Para ele, no âmbito da PEC 10/20, seria um contrabando porque a proposta é exclusivamente para enfrentar o coronavírus. "O governo precisa se preocupar em resolver o problema da pandemia e não tirar dinheiro de circulação. Os salários dos servidores tem natureza alimentar. Então é um contrassenso", reforça Antônio Queiroz.

Antônio Queiroz lembra, inclusive, que os servidores federais já estão sendo penalizados com o aumento da contribuição previdenciária, previsto na última reforma. "Vão ser penalizados também pela ausência de reajustes (pelo terceiro ano consecutivo) e pela possibilidade de se abrir uma taxa de previdenciária extraordinária do regime próprio. Então redução salarial seria um absurdo", pontua o analista técnico do Diap.

Entre outras tentativas de reduzir os salários dos servidores está a PEC 186/2019, que prevê corte de 25% dos vencimentos com diminuição proporcional de expediente, e o PL 1144/2020, que exige corte de até 50% das remunerações por conta da pandemia do coronavírus.

Servidor: ministério prorroga trabalho remoto até 17 de abril

Em regime de trabalho remoto desde o início da pandemia de Covid-19, doença transmitida pelo novo coronavírus, servidores do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação (MCTIC) terão o prazo do regime estendido.

Uma portaria do chefe da pasta, o astronauta Marcos Pontes, publicada nesta sexta-feira (03/04) no Diário Oficial da União (DOU), amplia o teletrabalho até 17 de abril.

O ministro argumenta que a medida ocorre "em caráter excepcional e temporário" e que se faz necessária para a "prevenção à infecção e propagação do novo coronavírus".

Além do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a determinação também é válida para todos os institutos e unidades de pesquisa federais.

O trabalho remoto não foi permitido para todos os servidores. Atualmente, somente os maiores de 60 anos e doentes crônicos, por exemplo, estão trabalhando de casa.

Entidades de classe e sindicatos pressionam o governo para que a medida seja estendida. A União cortou o pagamento de alguns benefícios para quem não está dando expediente nas repartições.

Bolsonaro é denunciado por colocar vida da população em risco

A Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD) enviou ao Tribunal Penal Internacional (TPI) uma denúncia contra o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) que, segundo a associação, está tomando "atitudes irresponsáveis que, por ação ou omissão, colocam a vida da população em risco".

A associação de juristas alega que Bolsonaro estaria realizando "crime contra a humanidade". "Se o presidente relata que o Covid-19 não é perigoso, muitos brasileiros assim o entenderão, e colocar-se-ão em risco próprio, de seus familiares e de todas as pessoas com as quais tiverem contato", afirma o documento da denúncia.

O documento afirma que "a tragédia pode ser incomensurável" pela atitude de Bolsonaro em meio à pandemia do novo coronavírus (Sars-Cov-2) que já matou mais de 50 mil pessoas pelo mundo.